



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

Sub-Eixo: Ênfase em Direitos Humanos

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM BAURU: OS GRUPOS SOCIOEDUCATIVOS EM DIREITOS HUMANOS.

Camila Martins Mansano¹
Rosana Conceição Maia Lopes²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência do grupo socioeducativo com atividades na perspectiva dos Direitos Humanos, desenvolvidos no Residencial Água da Grama do Programa Minha Casa Minha Vida em Bauru- SP. Essa atividade compõe o Projeto do Trabalho Social. Neste artigo, serão apresentados os relatos, o referencial teórico, a metodologia e os resultados obtidos.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida; Projeto de Trabalho Social; Direitos Humanos; Grupos socioeducativos.

Abstract: The present work has the objective of reporting the experience of the socio-educational group with activities from the Human Rights perspective, developed in the “Água da Grama” Residential, Program of the Minha Casa Minha Vida in Bauru- SP. This activity composes the Project of Social Work. In this article, will be presented the reports, the theoretical reference, the methodology and the results.

Key words: Minha Casa Minha Vida Program; Social Work Project; Human Rights; Socio-educational groups.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Faixa 1 é um programa do Governo Federal criado pela Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009 com a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e promoção de novas unidades habitacionais para famílias com baixa renda.

Atualmente, o programa atende quatro faixas de renda, sendo a Faixa 1 para famílias com renda de R\$ 0 (zero) até R\$ 1.800,00, com até 90% de subsídio do valor do imóvel, a faixa 1,5 para famílias com renda de até R\$ 2.600,00; a Faixa 2 para famílias com renda de até R\$ 4.000,00; e a Faixa 3 para famílias com renda de até R\$ 9.000,00, conforme informações do site oficial do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O município de Bauru aderiu ao PMCMV em abril de 2009. Na primeira fase do programa, Bauru recebeu 1.816 unidades habitacionais da faixa 1, distribuídas entre 07

¹ Profissional de Serviço Social, Prefeitura Municipal de Bauru, E-mail: camilamansano@bauru.sp.gov.br.

² Profissional de outras áreas, Prefeitura Municipal de Bauru, E-mail: camilamansano@bauru.sp.gov.br.

(sete) empreendimentos (Residencial Três Américas I, Eucaliptos, Monte Verde I, Colina Verde e Morada dos Buritis, Conjunto Habitacional Jardim Ivone e Conjunto Habitacional São João do Ipiranga).

A seleção das famílias para as unidades habitacionais desta faixa de renda, na fase 1, foi realizada pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social – SEBES, sendo estabelecida como uma das responsabilidades do Município, assim como a execução do Trabalho Social com as famílias beneficiárias.

A partir do ano de 2013, a Prefeitura Municipal de Bauru-SP, compôs uma equipe específica, parte da composição do Setor Gabinete do Prefeito, para a continuidade do Trabalho Social referente aos residenciais da Fase 2, faixa 1.

A 2ª fase do programa, faixa 1, teve início em 2013 e com isso o município de Bauru-SP recebeu o total de 2.208 unidades habitacionais em 12 (doze) empreendimentos: Três Américas II, Água da Grama, Santana, Chácara das Flores I, Chácara das Flores II, Manacás, San Sebastian, Ipês, Monte Verde II, Monte Verde III, Arvoredo e Jardim TV.

A seleção das famílias da fase 2 também foi realizada através de sorteios e indicaram-se famílias provenientes de áreas de risco e áreas de regularização fundiária, foi executada conforme as diretrizes do PMCMV, Portaria 595 de 18 de dezembro de 2013, Ministério das Cidades; embasada municipalmente pela Lei 5631 de 22 de agosto de 2008 que instituiu o Plano Diretor Participativo e pelo Decreto municipal Nº 12.503, de 25 de junho de 2014. Para o reassentamento das famílias das áreas de risco, realizou-se o levantamento dos residentes nestas áreas, e contou-se com o apoio da Secretaria Municipal de Planejamento, para a análise e ateste das áreas de risco.

Referente ao Trabalho Social da faixa 1 do PMCMV está previsto 2% dos recursos da obra para a sua execução. As diretrizes estão baseadas na Portaria 21 de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades que define como Trabalho Social:

“um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados”.

Conforme a mesma portaria, os eixos temáticos para a execução do Trabalho Social nos residenciais do programa são: Mobilização, organização e fortalecimento social; Acompanhamento e gestão social da intervenção; Educação ambiental e patrimonial; Desenvolvimento socioeconômico.

Este artigo tratará dos fatos observados pela equipe conforme as experiências no Residencial Água da Grama do eixo 1 do Projeto do Trabalho Social e o processo de desenvolvimento social e de fortalecimento dos vínculos comunitários no decorrer das atividades dos grupos sociofamiliares neste empreendimento, bem como o embasamento teórico-metodológico e resultados obtidos até o presente momento.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Em fevereiro de 2017 deu-se início a um trabalho realizado pelas agentes sociais, com frequência semanal no Residencial Água da Grama, que consistia em estabelecer vínculo entre a equipe e as famílias beneficiárias do residencial, para a observação e reporte das demandas emergentes à equipe técnica. Essa atividade iniciou-se através de oficinas de artesanatos para mulheres, promovendo um espaço de convivência comunitária. Porém, no decorrer das atividades percebeu-se pouca participação do grupo esperado em consideração às metas propostas para este projeto e simultaneamente constatou-se a cada encontro, o aumento crescente do público infantil. Desta forma, adaptou-se o conteúdo das atividades de artesanato para este público específico e deu-se continuidade ao grupo de mulheres em horários diferentes.

Durante os encontros com as crianças, ampliou-se a percepção das agentes sociais quanto ao conhecimento e apreensão da realidade social destas e de seus familiares no contexto do condomínio e território.

Conforme o diagnóstico socioterritorial, constatou-se a falta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos pela Rede de Assistência Social, sendo que os mais próximos estão situados em outros bairros e a maioria das famílias do residencial não possui veículos ou recursos disponíveis para o acesso ao transporte público.

Verificou-se também, que a maioria das crianças estudava de manhã, o que impossibilitava a participação neste horário. Realizou-se então, a alteração da atividade para o final da tarde, de forma que todas as crianças interessadas pudessem participar. Com esta alteração, a quantidade de crianças e adolescentes aumentou significativamente.

Inicialmente aplicaram-se as oficinas com artesanato sendo utilizados materiais em EVA, feltro, recicláveis, elaborando-se juntamente com o grupo, objetos úteis no cotidiano das famílias, como por exemplo: chaveiros, prendedores de papéis, porta-bombom, lembrancinhas de datas comemorativas, decoração do salão de festas para as datas natalinas, etc.

Verificou-se a crescente motivação, assiduidade do grupo e o interesse por músicas, o que causou o desenvolvimento de atividades com a utilização de som, ampliando o repertório musical e acesso cultural.

Conforme os relatos da agente social responsável pela atividade houve um evento em que chegou ao residencial e as crianças do grupo haviam elaborado uma “coreografia surpresa” ao som de “Carinhoso” de Pixinguinha, fato que a emocionou muito.

Relata também sobre o entusiasmo quando ouviram pela primeira vez a música “Aquarela” dos artistas musicais Toquinho e Vinícius.

Neste momento do processo, passou-se então a integrar atividades musicais e de artesanato respectivamente, priorizando o surgimento e expressão dos interesses do grupo.

Com o desenvolvimento das atividades musicais, a agente social relata que o interesse do grupo, por leitura, “despertou-se aos poucos” e ao constatar isto, articulou uma campanha de arrecadação de livros e filmes, o que angariou 70 filmes socioeducativos com os quais foi possível montar uma videoteca juntamente com as crianças que possibilitou também a realização de “sessões de cinema”, contando com recursos que a equipe do programa adquiriu especificamente para a execução dos projetos.

Para a organização dos materiais arrecadados, planejaram-se duas atividades específicas para o armazenamento dos vídeos e dos filmes, adaptando uma “sapateira” para guardá-los. Na segunda atividade, etiquetaram cada item e elaboraram um registro de todos os materiais em um livro, incluindo anotações e controles dos empréstimos, de forma que pudessem levar para as suas casas, porém cientes sobre a importância em conservar e devolver para que os outros integrantes também tivessem a oportunidade de usufruir.

Nas sessões de filmes, houve a participação de outros moradores e familiares dos membros do grupo, os quais passaram a participar mais ativamente das ações através de doações de pipocas, lanches e sucos, promovendo então o aumento de interação nestas atividades que ocorreram no período noturno, horário em que a maioria dos adultos e pais está presente no empreendimento.

As atividades com os filmes ainda fazem parte do planejamento das atividades, quando ocorrem, realizam-se votações para que a maioria decida sobre qual o próximo vídeo a ser assistido. Após cada sessão, realiza-se o diálogo para percepção de interpretação e entendimento dos conteúdos apresentados. Dentre os filmes já apresentados, temos como exemplos: “O extraordinário”; “Ferdinando”; “A vida é uma festa”. No decorrer do desenvolvimento das atividades, no ano de 2017, as ações foram registradas em relatórios para o envio à Caixa Econômica Federal, sendo isto uma das atribuições do Município. Com isto, os supervisores da instituição financeira, responsáveis pela análise dos relatórios mensais de execução de Trabalho Social de cada empreendimento, notaram o processo e desenvolvimento socioeducativo expressivo deste grupo do Residencial Água da Grama e tiveram a iniciativa de organizar uma campanha para possibilitar a participação de funcionários da CEF, nominando-a “Voluntários da Caixa”, a qual teve repercussão interna em todo território nacional. A campanha articulou a doação de livros para o público infantil e para adolescentes, os quais deveriam ser enviados para

uma das unidades da CEF em Bauru-SP, responsável pela gestão e supervisão do PMCMV, faixa 1.

Este projeto mobilizou funcionários dos mais diversos municípios e estados do Brasil, rendendo a doação de 160 (cento e sessenta) livros.

Para o recebimento das doações, realizou-se durante o “IV Fórum Regional de Habitação de Interesse Social” no dia 29 de novembro de 2017, no prédio dos “Correios” em Bauru-SP, contando com o comparecimento do grupo, representantes da equipe do PTS, chefia do Gabinete do Prefeito, representantes da CEF e membros da diretoria do condomínio.

Foi notável a todos os presentes, a satisfação com a qual o grupo de crianças abriu a grande caixa com os livros doados.

Neste ano de 2019 em abril, no mesmo segmento de campanha dos “Voluntários da Caixa”, a equipe recebeu 10 livros como parte de um projeto que a instituição nomeou de “Projeto Leituras Negras”. No evento de entrega estiveram presentes representantes municipais, da Caixa Econômica Federal e a presidenta do Conselho Municipal de Direitos Humanos, Kátia Souza e Ari Maia, enquanto vice-presidente deste mesmo conselho em Bauru-SP. A iniciativa foi para atender a demanda de representatividade para este grupo étnico, sendo que na primeira fase desta campanha, a gerente de filial da Caixa Econômica Federal, enquanto socióloga, notou a falta de livros com personagens afrodescendentes.

Após as primeiras doações em 2017, a agente social responsável por estas atividades, teve a iniciativa de ingressar em um curso de “Contação de Histórias” aprimorando-se e obtendo novas técnicas como a mediação de leituras, desenvolvimento de atividades lúdicas e encenações e caracterização dos personagens na desenvoltura dos temas abordados nos livros.

As atividades de leitura foram consolidando-se e os temas foram sendo escolhidos com a intencionalidade de promover reflexão e diálogos com as temáticas baseadas em questões voltadas para o fortalecimento social, eliminação de preconceitos e discriminações, tolerância e respeito às diversidades, direitos humanos. Alguns dos temas das atividades foram: Bullying; Questão racial; Trabalho infantil; Semana sobre a prevenção à exploração e ao abuso infantil e adolescente; Respeito aos idosos; Sustentabilidade; Autoestima; A “informação da leitura”; A “transformação que o conhecimento gera na vida das pessoas”; Respeito às pessoas com deficiências; A cultura de outros povos e as influências em nossas vidas; “Nem todas as famílias são iguais”; “Nem todo mundo é igual”, referente às questões de diversidades sexuais; “O amor tem todas as cores”.

Para as atividades, foram elaboradas as mediações de leituras a partir dos livros: “A lagoa encantada: Uma história sobre respeito”; “O amor tem todas as cores”; “Menina Bonita

do Laço de Fita: Sequencia Didática”; “Crianças como você: Uma emocionante celebração da infância no mundo”; “É tudo família!”; “O que é a liberdade?”; “Malala: A menina que queria ir para a escola”, entre outros.

Válido ressaltarmos que, no segundo semestre de 2018, incluiu-se passeios nos cronogramas das atividades para este grupo, realizando-se dois passeios entre os meses de julho e novembro. O primeiro ocorreu no Jardim Botânico de Bauru, do qual participaram também alguns pais e responsáveis.

O segundo passeio contou com maior protagonismo da parte dos moradores que através de orientações da equipe de Trabalho Social do PMCMV, requisitaram transporte público do Município, articularam ingressos gratuitos, pipoca, suco e água para todos os participantes e seus familiares. Ocorreu no Ginásio Poliesportivo de Bauru “Panela de Pressão” para assistirem à um jogo de basquete que contou com a participação do time oficial de Bauru-SP e um time de outro município da região.

As finalidades destas atividades com os passeios foram: o reconhecimento ao direito das famílias ao lazer e recreação, o incentivo ao esporte, a promoção de valores de respeito ao meio ambiente, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, convivência intergeracional e o incentivo ao protagonismo social.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade atual, em grande medida, impossibilita o pensamento crítico, tendo presente uma educação bancária que não proporciona o desenvolvimento “global” do educando.

À educação cabe atingir a pessoa na sua completude, proporcionando uma formação humana e um pensamento crítico na qual o educando possa se sentir como sujeito integrante e tenha a educação como um instrumento libertador e que esta seja com, em e para os Direitos Humanos – DH (MAGRI).

A educação em direitos humanos pode ser entendida como uma dimensão educativa capaz de atribuir significados práticos a uma vivência baseada na pluralidade de modos de vida e no respeito à diversidade (DIAS e PORTO, 2010).

Outro fator indispensável na educação em DH é o diálogo entre educador e educando. O diálogo deve ser autêntico e fundamentado no amor. Segundo Freire, sem diálogo é impossível haver educação, pois não haverá comunicação entre eles e nem a compreensão dos temas em debate (MAGRI).

O debate referente à educação em DH promovida de modo consciente e sistemático é uma realidade recente no nosso país. Foi no contexto da transição democrática, depois

dos anos duros da ditadura militar, que ela emerge no cenário social e educacional como um tema a ser incorporado nos diferentes espaços educacionais, sendo eles formais ou informais (MAGRI).

Considerando isso, para Paulo Freire a educação é uma possibilidade no bojo das transformações contemporâneas. A educação é o diálogo permanente entre o educando e o educador no processo de ensino-aprendizado dentro ou fora das escolas. É um processo comunitário em que o educador e o educando são sujeitos do saber. É troca de experiências de criação e recriação da própria vida. Durante o processo de educação o educador deve fazer várias perguntas e questionamentos ao educando, desenvolvendo assim seu senso crítico, da busca pelo saber, do desejo pelo conhecimento. A essência da educação é o diálogo constante entre o educador e o educando para submeter todas as palavras à reflexão, tornando a educação uma verdadeira práxis de transformação do mundo, uma educação para os DH. O diálogo se apresenta como instrumento de transformação. A educação só acontece dentro da sociedade, por isso, deve-se estar em constante relação com o contexto social num todo (MAGRI).

Os princípios que regem de modo geral a educação em DH são, segundo CANDAU (2000, p.77):

- a) Compromisso com a vigência dos DH visando à construção da cidadania, da paz e da justiça;
- b) Compromisso com a educação em DH como meio para a transformação social, a construção da cidadania e a realização integral das pessoas e dos povos;
- c) Afirmação da dignidade de toda pessoa humana, grupo social e cultura;
- d) Respeito à pluralidade e à diversidade.

Sobre os processos socioeducativos comunitários de Educação Não Formal, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2018, p.28) aponta que:

A humanidade vive em permanente processo de reflexão e aprendizado. Esse processo ocorre em todas as dimensões da vida, pois a aquisição e produção de conhecimento não acontecem somente nas escolas e instituições de ensino superior, mas nas moradias e locais de trabalho, nas cidades e no campo, nas famílias, nos movimentos sociais, nas associações civis, nas organizações não governamentais e em todas as áreas da convivência humana.

A educação não formal em direitos humanos orienta-se pelos princípios da emancipação e da autonomia. Sua implementação configura um permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para as políticas públicas, podendo ser compreendida como: a) qualificação para o trabalho; b) adoção e exercício de práticas voltadas para a comunidade; c) aprendizagem política de direitos por meio da participação em grupos sociais; d) educação realizada nos meios de comunicação social; e) aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades diversificadas; e f)

educação para a vida no sentido de garantir o respeito à dignidade do ser humano. (PNEDH, 2018, p. 28).

Os espaços das atividades de educação não formal distribuem-se em inúmeras dimensões, incluindo desde as ações das comunidades, dos movimentos e organizações sociais, políticas e não governamentais, até as do setor da educação e da cultura. Essas atividades se desenvolvem em duas vertentes principais: a construção do conhecimento em educação popular e o processo de participação em ações coletivas, tendo a cidadania democrática como foco central.

Nesse sentido, movimentos sociais, entidades civis e partidos políticos praticam educação não formal quando estimulam os grupos sociais a refletirem sobre as suas próprias condições de vida, os processos históricos em que estão inseridos e o papel que desempenham na sociedade contemporânea.

Muitas práticas educativas não formais enfatizam a reflexão e o conhecimento das pessoas e grupos sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Também estimulam os grupos e as comunidades a se organizarem e proporem interlocução com as autoridades públicas, principalmente no que se refere ao encaminhamento das suas principais reivindicações e à formulação de propostas para as políticas públicas.

A sensibilização e conscientização das pessoas contribuem para que os conflitos interpessoais e cotidianos não se agravem. Além disso, eleva-se a capacidade de as pessoas identificarem as violações dos direitos e exigirem sua apuração e reparação (PNEDH, 2018, p.29).

4 METODOLOGIA

Concernente à metodologia aplicada, resultou-se de seu constante aprimoramento e dedicação, além do vínculo estabelecido entre o “educador” e o “educando”.

Segundo Magri:

O educador é aquele que quer aprender ensinando. É um insaciável conhecedor. Sendo o ser humano um ser em potencial, isso quer dizer que ele nunca conhecerá tudo. Jamais obterá total conhecimento sobre um determinado assunto. Na educação acontece o mesmo, o educador é aquele que ajuda a aflorar o conhecimento no educando.

Para Freire (1980), “a vocação ontológica do homem é de ser sujeito e não objeto. E este tornar-se sujeito, numa perspectiva transformadora de reflexão-ação”.

Freire (1996) traz como proposta “a busca pela igualdade apostando numa educação que tem como pressuposto o diálogo, em que todos têm direito à voz e se educam mutuamente”.

Desta forma, a agente social relata que com o apoio da equipe técnica, tem se fundamentado teoricamente nos preceitos do renomado autor Paulo Freire, através da leitura de suas obras, consolidando-se com base e intencionalidade voltada ao conceito sociopolítico vigente de Educação em Direitos Humanos, buscando o aprimoramento contínuo dos métodos de aprendizagem e mediação de leitura, reconhecendo o condomínio como um espaço para a “educação não formal”, atuando para a promoção e efetivação de direitos.

Sobre a metodologia de mediação de leitura, a figura do mediador de leitura, conforme descreve Coelho (2019):

(...) aquele que cria pontes entre os livros e os leitores, criando as condições necessárias para que livro e leitor se encontrem, é de fundamental importância no processo de formação de leitores. É por essa característica de conexão que a mediação se transforma em um diálogo articulado, a partir do qual o leitor em formação é visto como um indivíduo cujas ideias e expectativas são relevantes.

5 RESULTADOS

Conforme análise comparativa em relação aos aspectos permeados nos relacionamentos do contexto social do condomínio e referente ao comportamento deste grupo, expresso coletivamente, constatamos neste período de execução destas atividades:

- Mudança no comportamento das crianças, apresentando um aumento de disciplina, cooperação entre si, compreensão dos assuntos abordados, crescente interesse pela leitura e por literatura brasileira, participação ativa, etc.;
- Diminuição dos conflitos intergeracionais, os vínculos entre as crianças e idosos foram fortalecidos, desenvolvendo em ambas as partes, um senso maior de “empatia” e respeito mútuo;
- Observou-se também que o grau de pertencimento aumentou e com isso, aumentou a percepção do grupo em relação à importância do cuidado patrimonial;
- Constatou-se também a diminuição de situações de expressões de preconceitos e “bullying” entre os integrantes do grupo, o que ocorria frequentemente no início do processo socioeducativo;
- Fortalecimento de vínculos sociofamiliares e comunitários;
- Com o desenvolvimento das atividades observou também que recentemente as mães das crianças do grupo têm participado da organização e cuidado para com a “biblioteca” do residencial e também têm emprestado os livros, expandindo-se a atividade de forma que os adultos têm dialogado sobre os livros lidos e suas respectivas interpretações dos conteúdos;
- o aumento quantitativo do grupo, sendo que as crianças e adolescentes chamam os seus vizinhos e amigos para participarem;

Concluimos, portanto que o trabalho tem sido efetivo, podendo-se observar o vínculo estabelecido entre a educadora e o grupo em uma perspectiva horizontal e dialógica, implementando assim os direitos humanos pressupostos através de diálogos, reflexões que ao serem promovidas tem apresentado os resultados nos comportamentos e relações sociais deste contexto.

O “dialógico” refere-se, portanto, à “forma de diálogo”, ou seja, a forma proposta por Paulo Freire para a relação entre educadores e educandos (MENEZES, 2001).

E “observa-se na obra de Freire a defesa de uma relação horizontal e de igual participação dialógica entre educador e educando” (MENEZES, 2001).

Para concluir, evidenciamos o diálogo e o amor através desta definição de Freire (1980, p.83):

O diálogo não pode existir sem um profundo amor pelo mundo e pelos homens. Designar o mundo, que é ato de criação e de recriação, não é possível sem estar impregnado de amor. O amor é ao mesmo tempo o fundamento do diálogo e o próprio diálogo.

6 REFERÊNCIAS

BAURU, **Plano Diretor Participativo**. Estatuto da Cidade. Disponível em: http://hotsite.bauru.sp.gov.br/planodiretor/estatuto_cidade.aspx. Acesso em: 02 de junho de 2.019.

BAURU, **Notícias: Programa Minha Casa Minha Vida recebe doação de livros do Projeto Leituras Negras**:11 de abril de 2.019. Disponível em: <http://www2.bauru.sp.gov.br/materia.aspx?n=33500>. Acesso em 01 de junho de 2.019.

BAURU, **Decreto 12.503 de 25 de junho de 2.014**. Dispõe sobre os critérios de elegibilidade e demais procedimentos para a seleção dos beneficiários do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. Disponível em: [http://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist_mcmv/pmcmv/Fase%20II/2014-06-25;Decreto_12503 - Disp%C3%B5e sobre os crit%C3%A9rios de elegibilidade e demais procedimen%20tos para a sele%C3%A7%C3%A3o dos benefici%C3%A1rios.pdf](http://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist_mcmv/pmcmv/Fase%20II/2014-06-25;Decreto_12503_-_Disp%C3%B5e_sobre_os_crit%C3%A9rios_de_elegibilidade_e_dema%20s_procedimen%20tos_para_a_sele%C3%A7%C3%A3o_dos_benefici%C3%A1rios.pdf). Acesso em: 02 de junho de 2.019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Ministério dos Direitos Humanos. 3. Ed.Brasília: 2018.

BRASIL, **Portaria nº21 de 22 de janeiro de 2014** – Ministérios das Cidades. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministérios das Cidades. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Habitação. Disponível

em:

<http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_21_01jan_22_2014_manual_inst_trabalho_social.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2.019.

BRASIL, **Lei Nº 11.977 de 7 de julho de 2009**: Programa Minha Casa, Minha Vida. PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm, Acesso em 01 de junho de 2019.

BRASIL, **Portaria Nº 595 de 18 de dezembro de 2.013**: Dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_25186537_PORTARIA_N_595_DE_18_DE_DEZEMBRO_DE_2013.aspx. Acesso em 02 de junho de 2.019.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos humanos da criança**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em 01 de junho de 2019.

BUENO, Renata. **O que é a liberdade?**1. Ed. Brasil: Companhia das Letrinhas, 2015.

CANDAU, Vera Maria; **Educar em DH: construir democracia** / Vera Maria Candau (org.), Susana Sacavino (org.) – Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 200p.

CARRANCA, Adriana. **Malala, a menina que queria ir para a escola**. 1. Ed. Brasil: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.

COELHO, Soraya. **Qual o papel do Mediador de Leitura?** 2019. Disponível em: <https://www.profseducacao.com.br/2019/02/19/qual-o-papel-do-mediador-de-leitura/>. Acesso em 01 de junho de 2019.

DIAS, A. A.; PORTO, R. C. C. **A pedagogia e a educação em direitos humanos: subsídios para a inserção da temática da educação em direitos humanos nos cursos de pedagogia**. In: FERREIRA, L. F.; ZENAIDE, M. N; DIAS, A. (Org.). Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia. João Pessoa: UFPB, 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção Leitura).

HONORA, Márcia. **O amor tem todas as cores**. 1. Ed. Brasil: Ciranda Cultural, 2009.

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. 1. Ed. Brasil: Ática, 1986.

MAGRI, Cleider Assino. **A Educação em, com e para os Direitos Humanos a partir de Paulo Freire.** Fonte:<
http://dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/magri_edh_com_para_dh_paulo_freire.pdf>
Acesso em: 01 de junho de 2019.

MAXEINER, Alexandra. **É tudo família!**1. Ed.Brasil: L&PM, 2013.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **O encontro amoroso entre educador e educando.** *Educa Brasil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em:
<<https://www.educabrasil.com.br/o-encontro-amoroso-entre-educador-e-educando/>>.
Acesso em: 02 de jun. 2019.

SECCO, Patrícia Engel. **A lagoa encantada:** Uma história sobre respeito. 1.ed.
Brasil:Melhoramentos, 2013.